



Relatório e Contas

Fundação Altice

2022

ÍNDICE

MENSAGEM DA PRESIDENTE	3
A FUNDAÇÃO ALTICE	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	5
A FUNDAÇÃO ALTICE EM NÚMEROS	7
ATIVIDADES	8
TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	10
ARTE E CULTURA	16
INTERVENÇÃO SOCIAL E EMPREENDEDORISMO	19
CONTAS	21
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	22
GESTÃO DA FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL	24
PERSPECTIVAS FUTURAS	25
INFORMAÇÕES LEGAIS	26
PROPOSTA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	28
INFORMAÇÕES RELEVANTES	29
EVENTOS SUBSEQUENTES	30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	35
INFORMAÇÕES ÚTEIS	69

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Portugal em 2022, quando se preparava para fazer o caminho de recuperação de uma pandemia que tinha ditado a concentração dos esforços de toda a sociedade, viu-se a braços com as consequências de uma guerra às portas do espaço comunitário e com uma crise inflacionista que só encontra precedentes para lá da última década. Foi neste contexto socioeconómico, de particular fragilidade, que a Fundação Altice desenvolveu as atividades a que reporta o relatório e contas que aqui se apresentam. É, também, num tal contexto que mais releva a continuidade da nossa aposta em projetos que fundam uma sociedade mais justa, mais solidária e mais coesa.

Foi, e continua a ser esse, o foco da Fundação Altice, com impacto direto na vida das pessoas, através da promoção da educação, da inclusão, da arte e da cultura.

Assim, 2022 foi um ano de consolidação dos pilares de atuação que sustentam a estratégia da Fundação: o desenvolvimento de tecnologia para a comunicação e conhecimento, a acessibilidade e bem-estar e a arte.

O ano de 2022 foi um ano em que a Fundação voltou a sublinhar a palavra cidadania em cada uma das inúmeras atividades e iniciativas que desenvolveu, na parceria e na união de esforços com as instituições que mais procuram dar resposta aos desafios que essa participação cívica acarreta.

Este Relatório e Contas enuncia as principais atividades, iniciativas e projetos desenvolvidos pela Fundação Altice ao longo do ano, de forma simples e intuitiva, dando, também, a conhecer a sua realidade económica e financeira.

Agradeço à nossa Instituidora, Altice Portugal, aos nossos parceiros, aos nossos voluntários e colaboradores que diariamente trabalham connosco na construção de uma sociedade mais plural, sustentável e inclusiva.

Assinado por:

E7797123D3B7465...

Ana Figueiredo

Presidente da Fundação Altice Portugal

A FUNDAÇÃO ALTICE

A Fundação Altice Portugal (adiante designada por “Fundação Altice” ou “Fundação”) foi constituída em 11 de março de 2003 com o objetivo de proporcionar uma melhor coordenação às atividades, até então desenvolvidas por várias empresas do Grupo Portugal Telecom, em domínios de intervenção social e apoio ao desenvolvimento, tais como os incentivos à promoção da sociedade da informação, o combate à infoexclusão e o apoio a cidadãos com necessidades especiais de comunicação, e a promoção da cultura e do mecenato social, centralizando também as participações do Grupo Portugal Telecom noutras fundações e instituições que intervêm nestes domínios.

Com a venda, em 2015 da PT Portugal ao Grupo Altice, a Fundação Altice manteve o mesmo objetivo, relativamente às empresas do Grupo Altice Portugal.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho Geral

Ao Conselho Geral compete, entre outras atribuições, definir e estabelecer as grandes orientações estratégicas de médio e longo prazo, pronunciar-se sobre a política geral de funcionamento da Fundação Altice e eleger os vogais do Conselho de Administração Executivo e o Órgão de Fiscalização.

- Presidente do Conselho de Administração da Altice Portugal, S.A., que presidirá
- Presidente do Conselho de Administração da MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Altice Labs, S.A.
- Até dois colaboradores indicados pela Altice Portugal, S.A.
- Até cinco individualidades de reconhecido mérito e competência, designadas por cooptação pelos restantes membros do Conselho Geral.
- Pessoas coletivas que venham a ser convidadas, mediante deliberação do Conselho Geral.

Conselho de Administração Executivo

Ao Conselho de Administração Executivo cabem as funções estabelecidas nos estatutos, destacando-se: assegurar a administração da Fundação Altice; elaborar planos de atividade; adotar o relatório da atividade, o balanço e as contas; definir a organização interna e ser responsável pela gestão da atividade da Fundação Altice.

- Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo (presidente)
- David Drahi (vogal)
- Natacha Céline Agatha Marty (vogal)
- Madalena Bobela Mota Figueiredo De Albuquerque (administradora-delegada executiva)

A composição do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022 incluia o Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca como presidente, o João Zuquete Dutschmann de Jesus da Silva como administrador executivo, a Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo e David Drahi como vogais. Com efeitos a 01 de agosto de 2023, a Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo, até então vogal, assumiu o cargo de presidente após renuncia do até então presidente do Conselho de Administração Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca e também após renuncia do até então administrador executivo João Zuquete Dutschmann de Jesus da Silva. Na mesma data, a Natacha Celine Agatha Marty assumiu o cargo de vogal do Conselho de Administração. Com efeitos a 16 de fevereiro de 2024, a Madalena Bobela Mota Figueiredo De Albuquerque

assumiu o cargo de administradora-delegada executiva do Conselho de Administração.

Órgão de Fiscalização

O Órgão de Fiscalização, presentemente Fiscal Único, é responsável por acompanhar a atividade do Conselho de Administração Executivo, zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias da Fundação Altice, bem como verificar a exatidão das contas anuais e a regularidade da escrita e documentação.

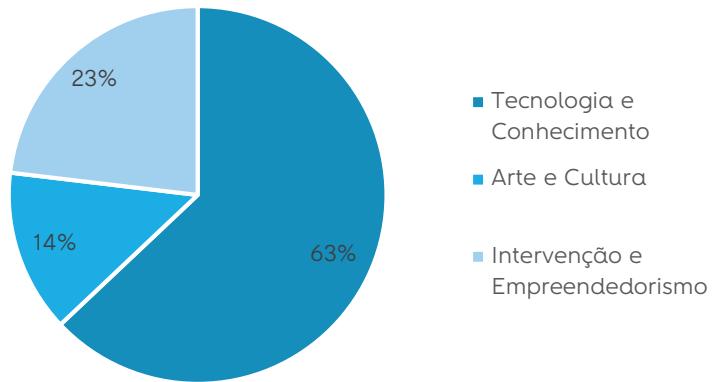
- KPMG & Associados - Sociedade De Revisores Oficiais De Contas, S.A. (efetivo).
- Pedro Jorge Quental e Cruz (suplente).

A FUNDAÇÃO ALTICE EM NÚMEROS

2022

3,46M €

INVESTIMENTO
GLOBAL



■ Beneficiários Entidades ■ Beneficiários Individuais



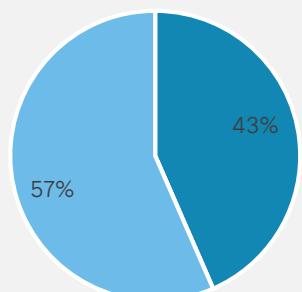
229

ENTIDADES

470 MIL

BENEFICIÁRIOS

69
CANDIDATURAS
APOIADAS



■ Tecnologia e Conhecimento
■ Arte e Cultura
■ Intervenção e Empreendedorismo



ATIVIDADES 2022

Durante o ano 2022, em cumprimento com orientação estratégica definida, a Fundação Altice procurou, no desenvolvimento da sua atividade, uma aproximação às recomendações nacionais e europeias nos domínios da Responsabilidade Social e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, reforçando a sua aposta em programas e iniciativas na área do conhecimento e tecnologia, bem como na área da acessibilidade às comunicações, que permitam a todos uma maior autonomia e melhoria de qualidade de vida.

TECNOLOGIA E CONHECIMENTO

A Fundação Altice deu continuidade aos seus projetos e parcerias na área da educação, mantendo um papel ativo como agente de mudança e capacitação em todas as zonas do país, mesmo nas mais remotas, promovendo uma educação cada vez mais inclusiva, nos domínios formal e informal, contribuindo para a inclusão escolar dos cidadãos portadores de deficiência ou de doença severa incapacitante, para a dinamização de programas que incentivem o sucesso escolar e uma maior literacia digital, e tendo como principal alavancas as novas tecnologias de informação e comunicação.

Desenvolver e apoiar projetos inovadores, tecnologias de acesso às telecomunicações e à comunicação, para públicos com incapacidade ou em situação de vulnerabilidade, são premissas basilares na atuação da Fundação Altice.

De forma contínua, a Fundação Altice envolve-se na construção de uma sociedade portuguesa mais equilibrada procurando incrementar, mediante a realização de parcerias com instituições e organismos, a autonomia dos cidadãos com necessidades especiais facilitando a utilização de soluções tecnológicas de acessibilidade.

INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

COMUNICAR EM SEGURANÇA

A Fundação Altice tem desenvolvido, desde 2009, um programa de sensibilização de alunos, professores e encarregados de educação sobre a temática da literacia na área das tecnologias da informação (TI) e sobre a utilização responsável e segura da Internet.

Em 2022, a Fundação deu continuidade à peça de Teatro "ID a tua marca na net", desenvolvida em salas de espetáculo disponibilizadas por municípios, dirigida a alunos a partir do 3.º ciclo e que contou com a parceria da Polícia de Segurança Pública. Por outro lado, manteve-se a colaboração no âmbito do Consorcio de Internet Segura, coordenado pelo Centro Nacional de Cibersegurança, e que conta com a participação da Direção Geral da Educação, Instituto Português do Desporto e Juventude, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Microsoft Portugal.

PLATAFORMA FORMARE

A plataforma *Formare*, desenvolvida pela Altice Labs, possibilita a formação e ensino à distância. A Fundação Altice tem utilizado esta plataforma para a formação específica de técnicos de

saúde e de educação envolvidos nos projetos para a inclusão digital das pessoas com necessidades especiais, bem como em ações para desenvolvimento de competências na área de intervenção social.

KHAN ACADEMY

A Khan Academy é uma ONG cujo objetivo é oferecer uma educação de qualidade a qualquer pessoa, em qualquer lugar e de forma gratuita, através de uma plataforma educativa e interativa *online*. Desde 2013 que a Fundação Altice tem garantido a tradução e adaptação dos conteúdos originais disponíveis na plataforma americana para a realidade educativa e língua portuguesa, com a supervisão e certificação da Associação de Professores de Matemática, das Sociedades Portuguesas de Matemática, Física e Química e da INOVEDUC.

A plataforma está disponível com acesso livre e gratuito em <https://pt.pt.khanacademy.org/> e contém exercícios e vídeos na área da matemática, desde o 1.º ciclo ao ensino secundário, mas também algumas matérias das áreas da Física, Química e Biologia. Os vídeos estão também disponíveis no site da Fundação Altice, no SAPO Vídeo e no YouTube.

Em 2022, a Fundação deu continuidade à tradução e adaptação de conteúdos na área de matemática e promoveu, também, ações de

formação e workshops dirigidos a professores, pais e alunos.

CAMPUS by Fundação Altice

O Campus by Fundação Altice é uma plataforma para partilha colaborativa de conteúdos (*blogs, fotos, vídeos, links*) de forma integrada, com a possibilidade de criação de grupos com diversas restrições de privacidade/segurança num contexto aplicado à escola/universidade.

O Campus by Fundação Altice constitui uma abordagem inovadora para responder às necessidades de comunicação e colaboração em instituições ou projetos, sendo classificada como uma “plataforma de aprendizagem informal” em especial no contexto educativo.

Desde 2012, está a ser utilizada em escolas do primeiro ciclo ao secundário. Em 2017, a Fundação Altice passou a suportar os custos de desenvolvimento e de suporte operacional desta plataforma integrando-a nas suas iniciativas para a Educação. Em setembro de 2019, foi lançada uma nova versão da plataforma Campus by Fundação Altice com total redesenho da interface, significativas melhorias nas funcionalidades e alterações infraestruturais.

Em 2020, deu-se início a desenvolvimentos nesta plataforma para integração da Teleaula, visando uma estratégia unificadora das

soluções da Fundação Altice para a Educação inclusiva. Esta nova versão está disponível desde o início do ano letivo 21/22.

[UBBU | Academia de Código](#)

A UBBU é um projeto da Academia de Código que tem como objetivo preparar as crianças para uma sociedade digital através do ensino da Ciência da Computação e Programação. Pretende contribuir para o posicionamento de Portugal na vanguarda do desenvolvimento do pensamento computacional, tornando o aumento da literacia digital um objetivo nas escolas públicas. Através de uma plataforma *online*, professores de qualquer área são capazes de ensinar programação aos seus alunos através de jogos, vídeos e exercícios interativos integrados num currículo de 30 aulas. Os conteúdos estão alinhados com as matérias de outras disciplinas e ainda com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

Em 2022, a Fundação Altice manteve a sua posição e investidor neste projeto no âmbito de uma candidatura a um Título de Impacto Social.

TECNOLOGIAS E ACESSIBILIDADES

[PROGRAMA INCLUI](#)

O Programa Inclui, único em Portugal, tem como objetivo tornar os

dispositivos móveis e computadores acessíveis, tornar a comunicação acessível e melhorar as condições de vida e a autonomia das pessoas com incapacidade.

Trata-se do mais completo programa de apoio e acessibilidade às comunicações dos cidadãos portadores de deficiência ou necessidades especiais, através de tecnologias de informação e comunicação existente em Portugal e de que tenhamos conhecimento, no mundo.

O programa divide-se em três grandes áreas:

Serviços: Subsídiação parcial das mensalidades de todos os tipos de serviços MEO, para pessoas com deficiência, incapacidade ou em situação vulnerável.

Soluções: Subsídiação parcial de produtos líderes de Mercado que permitem a acessibilidade digital e a comunicação aumentativa ao computador, telemóvel, tablet e telefone fixo.

Iniciativas: Tecnologias e iniciativas desenvolvidas por iniciativa da Fundação Altice e livremente disponibilizadas a todos os que delas necessitam.

Destacam-se as seguintes:

[Magic Contact](#)

Considerando que a utilização de smartphones e tablets *Android* apresenta dificuldades a utilizadores com limitações motoras dos membros

superiores, a Fundação Altice desenvolveu o *Magic Contact*, uma aplicação inovadora e gratuita que permite ultrapassar essas limitações, nomeadamente em casos de afetação da motricidade fina (ex.: paralisia cerebral) e de falta de mobilidade dos membros superiores (ex.: tetraplégicos, doentes com ELA). Além da realização de chamadas de voz, envio de SMS ou acesso à internet, a aplicação inclui ainda ferramentas para a Comunicação Alternativa e Aumentativa de pessoas com dificuldades na fala (ex.: paralisia cerebral, vítimas de AVC).

Esta aplicação foi desenvolvida através de uma metodologia denominada de “Desenho centrado no utilizador” que envolveu testes de usabilidade com um variado painel de potenciais utilizadores finais com diversos níveis de afetação, assim como os seus terapeutas e cuidadores, e foi lançada no final de 2014, na loja online *Google Play*, tendo conseguido rapidamente um significativo sucesso. Desde então, foram efetuados dezenas de *workshops* por todo o país, destinados aos técnicos e cuidadores de instituições de apoio às pessoas com deficiência neuromotora e de escolas do 1º ao 3º ciclo.

Em dezembro de 2018, a aplicação passou a disponibilizar um novo modo de acesso, interação linha-coluna e foram realizadas alterações significativas a nível semântico (ex. “botões” de uma tabela passaram a “células”, modo “Zonas” passou a

“Ampliação”). A aplicação também foi preparada para facilmente ser traduzida noutras línguas. Todas estas alterações foram feitas na mais recente versão da aplicação, a 3.0. Em junho de 2019, foi lançada a versão *Magic Contact Lite*, uma versão mais simples, com foco na comunicação aumentativa.

Durante o ano letivo 2019/20, dois alunos do Politécnico da Guarda desenvolveram, no âmbito do trabalho final de curso da Licenciatura em Informática, a versão *online* das Tabelas de Comunicação. Este trabalho deu origem à escrita de um artigo científico que foi submetido à conferência AHFE 2020, em *San Diego*, nos Estados Unidos.

NOTA: devido a limitações impostas pela Google, as funcionalidades de chamadas de voz e SMS estão atualmente inibidas. Estamos a trabalhar no sentido de voltarmos a repor estas funcionalidades.

Teleaula

A solução Teleaula foi desenvolvida para facilitar a inclusão escolar de alunos com deficiência impedidos de se deslocarem regularmente à sala de aula, ou com doenças severas, nas fases de internamento hospitalar ou em situação de convalescência prolongada já nas suas casas. Trata-se de uma solução de videoconferência adaptada ao meio escolar onde é possível o controlo remoto da câmara bem como a transferência de ficheiros

e permuta de documentos entre alunos e professores.

A Fundação Altice tem protocolos estabelecidos com o Ministério da Educação, e com as Direções Regionais de Educação da Madeira e Açores, que garantem a avaliação e a seleção dos alunos beneficiários desta solução.

Em 2017, a Fundação Altice promoveu o desenvolvimento de uma versão "WEB", simplificando as operações e permitindo que a Teleaula chegue mais rapidamente a mais alunos. Foram iniciadas diversas melhorias nesta versão, nomeadamente para disponibilizar as seguintes funcionalidades: indicadores, utilização da Teleaula por vários alunos em simultâneo, gravação e transferência das sessões de Teleaula.

[**Atendimento a Surdos nas Lojas MEO**](#)

Em dezembro de 2016, foi inaugurado um piloto de atendimento presencial a surdos, iniciativa pioneira em Portugal no espaço de atendimento público e que resulta da colaboração entre a Fundação Altice e a Serviin. A solução, totalmente gratuita, é feita recorrendo ao serviço de vídeo-interpretação Serviin, e foi disponibilizada inicialmente em três pontos de venda MEO: Picoas (Lisboa), Oriente (Lisboa) e Boavista (Porto), facilitando assim a comunicação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

Em 2017, fez-se o alargamento definitivo do serviço de atendimento presencial a surdos a uma loja MEO

em cada distrito (havendo em Lisboa três espaços). Estas lojas passam a contar com a presença de um profissional especializado que intermedia a relação entre o cliente surdo e o intérprete de Língua Gestual Portuguesa que se encontra do outro lado da linha.

Através do Programa Inclui, temos parcerias ativas com organizações como as Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (25 delegações), CRTIC (centro de prescrição de tecnologias de acessibilidade para escolas), RBE (Rede de Bibliotecas Escolares) ou APELA (Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica) para a disponibilização de serviços e tecnologias.

Este programa está disponível nas Lojas MEO ou através do contacto direto com a Fundação Altice.

APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS

[**Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica**](#)

A Fundação Altice e a Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica (APELA) mantêm ativo um protocolo de apoio que disponibiliza um banco de produtos de apoio à comunicação. Estas tecnologias são cedidas aos doentes com ELA, mediante avaliação do estado da doença e condição socioeconómica.

[Rede de Bibliotecas Escolares](#)

A Fundação Altice celebrou, em 2012, um protocolo com a Rede de Bibliotecas Escolares no âmbito do qual apoia a criação de Núcleos de Acessibilidade, com vista à integração de alunos com necessidades educativas especiais entre o 1.º e o 3.º ciclos, ao abrigo do qual as bibliotecas escolares têm vindo a ser dotadas de vários equipamentos informáticos disponibilizados pela Fundação Altice, tais como computadores portáteis e tablets com sistemas de software orientados para o acesso monitorizado às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para além das tecnologias, as bibliotecas são, deste modo, munidas dos recursos necessários para a leitura, o acesso, a utilização e a produção de informação: livros acessíveis (e-books, audiolivros, livros em braille), software de leitura, soluções de comunicação aumentativa, serviços e produtos destinados ao manuseamento do computador.

[Rede de Núcleos da Fundação Altice](#)

A rede de núcleos da Fundação Altice é constituída por centros abertos à comunidade, equipados com as tecnologias de apoio e acessibilidade, adaptadas aos diferentes tipos de deficiência e incapacidade. Esta rede resulta de diversas parcerias e protocolos que a Fundação Altice estabelece com IPSS's e órgãos da Administração Pública nas áreas da

educação e saúde. No âmbito destas parcerias, a Fundação Altice garante o fornecimento das tecnologias e a respetiva formação dos técnicos.

ALTICE INTERNATIONAL INOVATION AWARDS

Em 2022, a Fundação Altice juntou-se com a Altice Labs para criar uma categoria "Inclui by Fundação Altice Portugal", no Prémio Altice International Inovation Awards (AIIA) para a distinção de um projeto que promova a inclusão digital e a acessibilidade à comunicação, através de serviços, soluções ou iniciativas tecnológicas para pessoas com deficiência.

ARTE E CULTURA

A Fundação Altice, inspirada na paixão pela arte, pela criatividade e pela inovação, assume o compromisso de ter um papel ativo neste domínio, especialmente na divulgação e promoção das expressões artísticas nacionais. Por outro lado, promove o acesso às artes e à cultura, definindo-se como elemento ativo na construção de uma sociedade contemporânea mais desenvolvida e alicerçada em valores da arte e da cultura onde a expressão pela arte se tem vindo a revelar sempre e cada vez mais como um dos seus testemunhos mais significativos.

COLEÇÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA

ESPAÇO COLEÇÃO

Foi no final dos anos 90, que teve início a constituição da coleção de arte contemporânea da Fundação Altice, depois de alguns anos de pesquisa e de criteriosa seleção, foi possível agrupar um conjunto de obras original e plasticamente relevante, coerente e dialogante, sem a obrigatoriedade de ter um conjunto exaustivo de nomes de artistas ou obedecer a parâmetros cronológicos rígidos. O resultado deste trabalho é agora um conjunto de obras abrangente, cujo ponto de partida se situa na década de 60, época que veio a ser marcante e decisiva na arte contemporânea. Hoje, esta Coleção de Arte Contemporânea é composta por uma importante seleção de obras, representando mais de meio século de arte portuguesa. Estão reunidos muitos nomes significativos da produção artística nacional com obras em diferentes suportes, linguagens e práticas, que vão da fotografia ao vídeo, do desenho à pintura e à instalação, permitindo assim, uma leitura abrangente das variadas e importantes vertentes artísticas marcadamente contemporâneas na arte plástica portuguesa.

Ao adquirir várias obras de arte, que se conectam numa coleção de arte contemporânea, não foi apenas um

investimento, foi além do mais uma opção cultural, que provocou a vontade da divulgação e partilha, num desafio que se iniciou em 2006, e se mantém vivo ainda hoje, proporcionando a sua divulgação numa itinerância constante pelo país de exposições de diferentes núcleos de obras da coleção.

Em 2021, foi realizada uma exposição de núcleo de obras da CAC com a Câmara Municipal de Viseu. Devido à pandemia, foi introduzida a novidade de fazer um Webinar com artistas da coleção.

EXPOSIÇÕES EM ESPAÇOS ALTICE

Sendo a arte a expressão de comunicação superlativa, não só pela depuração de signos, mas por ser intemporal e internacional, a Fundação Altice marca também a sua atividade neste domínio, assegurando a realização de exposições mensais de diversas expressões artísticas, nos espaços da Andrade Corvo em Lisboa e da Tenente Valadim no Porto, com o objetivo primordial de se afirmar como um agente cultural no País, divulgando artistas de reconhecido valor no panorama artístico contemporâneo, mas também promover jovens talentos, como por exemplo uma exposição anual da escola Ar.Co de Lisboa, em que são convidados os artistas com Bolsas dadas pela Fundação Altice.

Esta atividade de mecenato às artes plásticas, na forma de cedência gratuita de espaços aos artistas que nos solicitam esse apoio, e de promoção do seu trabalho através da divulgação das exposições na comunicação interna e externa, contribui para a afirmação da responsabilidade social da Fundação Altice.

Esta vontade de exposição em espaços da Altice, dos artistas é um reconhecimento não só do trabalho que a Fundação Altice tem vindo a fazer na dinamização e divulgação da arte mas, acima de tudo, um reconhecimento da importância e visibilidade pública cada vez maior da Coleção de Arte Contemporânea da Fundação Altice desde 2006.

Em 2021, devido à pandemia, toda esta atividade foi cancelada. Tendo sido criado um espaço de divulgação de artistas plásticos online.

APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS

BOLSAS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA | Escola Ar.Co

As Bolsas Fundação Altice Portugal de Formação Artística visam proporcionar 5 Bolsas de Estudo a alunos inscritos no Nível 3 dos cursos regulares de Desenho, Pintura, Cerâmica, Cinema/Imagem em Movimento, Ilustração/BD e Joalharia e no Nível 2 do curso regular de Fotografia. A bolsa

representa a redução de 50% da propina do curso em questão.

INTERVENÇÃO SOCIAL E EMPREENDEDORISMO

No âmbito da promoção de melhoria da qualidade de vida das populações, a Fundação Altice desenvolve programas e iniciativas, próprias ou em parceria com outras organizações, de âmbito local, regional ou nacional, utilizando os seus recursos (financeiros, e soluções TIC).

APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS

COMUNICAÇÕES APOIADAS

Durante o ano 2022, foram concedidos apoios em comunicações a diversas instituições, visando a promoção da igualdade de acesso aos conteúdos *online* como meio de apoio aos estudos, mas também de inclusão de pessoas em situação de especial vulnerabilidade e ainda como contributo para a sustentabilidade das próprias organizações apoiadas, destacando-se as seguintes: APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Associação DEMOS, Jardim Zoológico, CAIS, Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, AIDGLOBAL - Acção e Integração p/ o Desenvolvimento Global, Ares do Pinhal, Associação dNovo, Associação VilacomVida, Centro de Ação Social do Concelho de Ilhavo, Centro de Apoio ao Sem Abrigo, CRINABEL- Coop. de Solidariedade Social, CRL, Fundação Joaquim Honório Raposo, Entrajuda, etc.

GALA DOS SONHOS | Associação Sara Carreira (ASC)

A Associação Sara Carreira tem como principal missão apoiar crianças e jovens com poucos recursos na concretização dos seus sonhos, fazendo-os evoluir e apoiando-os ao

longo da sua formação, através de bolsas de estudo.

Em 2022 a Fundação concedeu apoio à Associação, no âmbito da sua atividade e implementação de um call center solidário para a realização da Gala dos Sonhos.

CONTAS
2022

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (SNC), para entidades do setor não lucrativo.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL

A variação patrimonial da Fundação Altice nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi conforme se segue:

Demonstração da variação patrimonial	euros	
	2022	2021
Subsídios à exploração	4 042 967	4 010 868
Subsídios e donativos concedidos	(1 539 082)	(1 550 888)
Fornecimentos e serviços externos	(991 764)	(665 871)
Gastos com o pessoal	(907 094)	(945 083)
Outros rendimentos e ganhos	20	13 337
Outros gastos e perdas (impostos indiretos e taxas)	(29 971)	(39 043)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(167 147)	(167 879)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	407 929	655 441
Resultado Líquido	407 577	655 112

Os subsídios à exploração correspondem, quase na totalidade, à contribuição regular dos Fundadores para o financiamento da atividade desenvolvida pela Fundação Altice.

Os subsídios e donativos concedidos traduzem os apoios prestados pela Fundação Altice a pessoas com necessidades especiais e a instituições nas áreas da Educação, da Literacia Digital, do Empreendedorismo e do Bem-Estar das populações em situação de elevada vulnerabilidade, da língua portuguesa, das artes e da cultura de raiz nacional. Os valores de 2022 diminuíram ligeiramente em relação ao exercício anterior refletindo uma menor realização dos projetos da Fundação face ao cenário verificado em 2021.

Os fornecimentos e serviços externos incluem, entre outras rubricas, os gastos com o aluguer do espaço de escritório, os serviços de comunicações, os serviços de suporte,

marketing e os trabalhos especializados. A variação de +49% verificada em 2022 face a 2021 decorre essencialmente da maior realização associada aos projetos de Tecnologia e Conhecimento com destaque para o Portal da Mobilidade, para o projeto Khan Academy e para a Plataforma Campus by Fundação Altice; e, também, com o aumento dos custos de Comunicação e Marketing que refletem a estratégia de posicionamento da marca Fundação Altice lançada em 2023.

O valor dos gastos com o pessoal reflete a existência de um número médio de 15 colaboradores, cedidos quase na totalidade por empresas do Grupo. Verificou-se uma diminuição desta rubrica de cerca de 4% face a 2021 em consequência do regresso de alguns colaboradores cedidos às empresas de origem.

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

O balanço da Fundação Altice em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

Balanços	euros	
	2022	2021
Ativo não corrente	2 064 272	2 090 620
Ativo corrente	2 519 246	2 236 777
Total do ativo	4 583 518	4 327 397
Total dos fundos patrimoniais	3 062 245	2 654 669
Passivo corrente	1 521 273	1 672 728
Total do passivo	1 521 273	1 672 728
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	4 583 518	4 327 397

O ativo não corrente inclui, essencialmente, o património artístico e outros bens recebidos dos Fundadores no ato de constituição da Fundação Altice, sem evolução significativa em 2022. O ativo corrente inclui principalmente dívidas dos Fundadores resultantes da contribuição aprovada para o exercício de 2022 ainda não realizada. Da dotação de 3.900.000 € atribuída, está por realizar a 31 de dezembro o valor de 2.366.000 €.

As rubricas com maior valor no passivo corrente respeitam a dívidas a fornecedores, em que a dívida a empresas relacionadas representa 70% do total (Nota 8 (b)), e a credores por acréscimos de gastos.

GESTÃO DA FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL

Os órgãos da Fundação Altice Portugal são o Conselho Geral ("CG"), o Conselho de Administração Executivo ("CA"), o Administrador-delegado Executivo ("AD") e o Órgão de Fiscalização ("OF").

Compete ao CG, entre outras atribuições, definir e estabelecer as grandes orientações estratégicas de médio e longo prazo, pronunciar-se sobre a política geral de funcionamento da Fundação Altice e eleger os vogais do CA e o OF.

O CG é constituído pelo Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT PORTUGAL"), um Administrador Executivo da PT Portugal, o Presidente do Conselho de Administração da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., ("MEO") e da Altice Labs, S.A. ("ALTICE LABS").

A composição do Conselho de Administração Executivo foi alterada conforme segue:

Presidente: Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo

Vogal: David Drahi

Vogal: Natacha Céline Agatha Marty

Administradora-delegada executiva: Madalena Bobela Mota Figueiredo de Albuquerque

Ao CA cabem as funções estabelecidas nos estatutos, delas se destacando: assegurar a administração da Fundação, elaborar planos de atividade, adotar o relatório da atividade, o balanço e as contas, definir a organização interna e ser responsável pela gestão da atividade da Fundação.

A fiscalização da atividade da Fundação compete a um OF, presentemente Fiscal Único (FU), o qual deve acompanhar a atividade do CA e velar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e verificar a exatidão das contas anuais e a regularidade da escrita e documentação.

O FU Efetivo para o triénio de 2021-2023 é a KPMG & Associados, SROC, S.A. e o FU Suplente Pedro Jorge Quental e Cruz.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A Fundação Altice continuará a seguir as tendências do setor fundacional corporativo, procurando contribuir de forma ativa nas redes das quais faz parte, nomeadamente o GRACE e o Centro Português das Fundações. Mantém a alavancagem do conhecimento e expertise da Altice (principal instituidora) focando o seu âmbito de atuação em investimento e desenvolvimento de tecnologia e inovação como resposta para problemas globais. Neste caminho, dará continuidade à estratégia apresentada e aprovada para o triénio de 2020-22, centrada na aposta nas tecnologias como meio para prosseguir o seu propósito e implementar os seus projetos nas áreas de atuação – tecnologias para comunicação e conhecimento, acessibilidade e arte, mantendo assim, o investimento nos principais projetos que desenvolve, destacando o programa Inclui, na área de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, a plataforma Khan Academy, na área aprendizagem da matemática, o Campus by Fundação Altice, na área de plataformas colaborativas e a Coleção de Arte Contemporânea, na área da divulgação cultural de artistas portugueses.

A gestão da Fundação Altice manterá o seu compromisso de compliance e de gestão eficiente, procurando a melhoria contínua dos seus processos internos. Por outro lado, prosseguirá o apoio a iniciativas da economia social inovadoras e de impacto, preferencialmente de cariz tecnológico, através dos processos de candidatura específicos.

Procurará dar especial relevo à área da comunicação organizando uma estratégia específica de comunicação para que tanto a nível interno, como a nível externo consiga maior visibilidade dos seus projetos, mas também maior reconhecimento do seu trabalho ímpar.

Procurar-se-á dinamizar a área da arte por meio de uma aposta na tecnologia – participar na forma como a arte é vista, sentida e compartilhada transformando-a em algo acessível e relevante para qualquer grupo social e faixa etária. Esta aposta na tecnologia para novas formas de comunicação também no que diz respeito à arte renova e reforça uma identidade.

A escolha de um caminho com investimento na tecnologia surge, por isso, como natural no ADN da Fundação Altice. Forçar os limites, despertar consciências, criar impacto e ser participante ativo na transformação.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por qualquer das partes envolvidas entre a Fundação Altice e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

A Fundação Altice não possui sucursais.

PROPOSTA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais, estatutárias e regulamentares, propõe-se a manutenção do Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 407.577 euros, na rubrica de "Resultados transitados".

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A Fundação opera num contexto de incertezas económicas, potenciada pelo conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, e incorpora a gestão de riscos no seu planeamento estratégico, identificando aqueles que podem comprometer os objetivos e os planos de atividade, definindo ações para gerir esses riscos.

Os riscos e incertezas referidos têm e podem vir a ter efeitos adversos na sua atividade, posição financeira e resultados operacionais da Fundação, assinalando-se:

- Risco de crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para a Fundação. A Fundação não está exposta a qualquer risco de crédito significativo, dado que os seus principais clientes são Empresas do Grupo Altice.
- Risco de liquidez - Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais. A este respeito cumpre mencionar que a Fundação se encontra inserida no Grupo Altice Portugal, podendo recorrer ao sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo para mitigar as suas necessidades de tesouraria de curto prazo, o que permite à Fundação gerir de forma mais adequada o seu risco de liquidez.

A Fundação não tem atividades nos países diretamente envolvidos no conflito nem tem atividades de valor material com Empresas localizadas nesses mesmos países.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A realização da dotação anual aprovada para 2022 não ficou concluída nesse ano. Os restantes valores foram entregues pela MEO durante o exercício de 2023, não se verificando à data de aprovação das demonstrações financeiras, qualquer valor em dívida.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Investigação do Ministério Público

Investigação e medidas corretivas

Em julho de 2023, a Altice Portugal tomou conhecimento de que o Ministério Público em Portugal estava a investigar alegadas práticas prejudiciais e má conduta por parte de determinados indivíduos e entidades com impacto na Altice Portugal e suas subsidiárias, nas quais se inclui a Fundação, tendo a Fundação sido alvo de buscas no âmbito dessa investigação. As supramencionadas alegadas práticas prejudiciais incluem, de acordo com a investigação do Ministério Público, suspeitas de “crimes de corrupção no setor privado, fraude fiscal agravada e falsificação e lavagem de dinheiro”. Esta investigação, conhecida como “Operação Picoas”, visa as atividades dos suspeitos relacionadas essencialmente com três áreas: (i) processo de compras do Grupo Altice, através da alegada “viciação do processo de decisão do grupo Altice em matéria de contratação, com práticas lesivas para as próprias empresas do grupo e para a concorrência”; (ii) alienação de imóveis, através da eventual simulação de negócio e ocultação de rendimentos na venda de ativos imobiliários da Altice Portugal e das suas subsidiárias; (iii) potenciais benefícios indevidos pagos por terceiros a colaboradores da Altice Portugal.

Importante assinalar ainda que, após a declaração do Ministério Público em 14 de julho de 2023, identificando a Altice Portugal como uma vítima neste caso, o status da Altice Portugal como vítima foi confirmado com a sua designação como assistente da acusação conduzida pelo Ministério Público em Portugal, conforme reportado publicamente em 26 de outubro de 2023. Assim, considerando a investigação em andamento pelas autoridades portuguesas, o Grupo Altice continuará a considerar todos os factos e circunstâncias disponíveis para determinar as próximas etapas de investigação e tomar decisões internas e externas necessárias para proteger os seus direitos em cada geografia onde opera, e, nomeadamente, no que respeita à Altice Portugal e suas subsidiárias.

Após ter tomado conhecimento da investigação, o Grupo Altice, no qual se inclui a Fundação Altice, implementou uma investigação interna exaustiva, abaixo descrita,

adotou medidas corretivas imediatas, incluindo a melhoria dos seus sistemas de controlo interno, o reforço da supervisão dos processos de aquisição e a suspensão de determinados funcionários e pessoal-chave da gestão que tinham potenciais ligações às práticas sob investigação, tendo-se comprometido a substituir os fornecedores potencialmente implicados na investigação das autoridades portuguesas, tendo até à data de aprovação destas demonstrações financeiras concluído substancialmente o plano inicialmente implementado. Em relação à melhoria dos sistemas de controlo interno, importa referir que, embora já existissem mecanismos de controlo, o Grupo Altice Portugal e a Fundação em particular iniciaram proactivamente ações para melhorar e fortalecer vários processos, políticas e procedimentos de controlo interno para prevenir, detetar e mitigar eficazmente o risco de qualquer potencial má conduta individual futura, tendo nomeado consultores externos para apoiar na implementação de tais ações. Os procedimentos de denúncia estão a ser melhorados e tornados ainda mais acessíveis para permitir que todos os funcionários e outras partes relevantes se sintam confortáveis ao utilizar os vários canais existentes para o efeito. Foi dado especial ênfase a todas as políticas e procedimentos relacionados com conflito de interesses, compras, due diligence de terceiros, transações imobiliárias e controlos contabilísticos, bem como políticas mais gerais como o Código de Ética. Importa ainda realçar que ao nível do Grupo Altice, especificamente no que ao processo de compras diz respeito, cada uma das empresas nas várias geografias onde o grupo está presente (logo, também em Portugal) é responsável pelos seus próprios processos de compra, independente das outras entidades do Grupo, com uma comissão de coordenação que inclui todos os chefes de departamentos de compras, a fim de permitir que as entidades operacionais continuem a beneficiar de economias de escala.

Em 2024, foi criada uma área de Compliance ao nível do Grupo Altice Portugal, responsável entre outros por novos procedimentos relativos a avaliação de terceiros, avaliação de ofertas e hospitalidades e avaliação de conflito de interesses. No âmbito das atividades desenvolvidas pela área de Compliance até à presente data, foi identificado um conjunto de fornecedores, cujo risco no âmbito do cumprimento com a legislação, regras ou boas práticas em matéria de anticorrupção ou infrações conexas foi avaliado como alto, tendo a Comissão Executiva aprovado as respetivas medidas de mitigação de risco. Não existe evidência na presente data que estes fornecedores

ou os seus beneficiários efetivos, constituam partes relacionadas, estejam em conflito de interesses ou que as transações efetuadas sejam de alguma forma ilícitas.

Impactos financeiros

Paralelamente à investigação externa por parte do Ministério Público, ao nível do Grupo Altice do qual a Fundação Altice faz parte, foi lançada uma investigação interna em Portugal e noutras jurisdições sob a direção de uma comissão de investigação global para realizar uma avaliação de risco minuciosa nas principais jurisdições. Foram nomeados consultores jurídicos externos para coordenar o processo de investigação, com o suporte de consultores externos locais em cada jurisdição, tendo sido auxiliados por peritos forenses na condução da investigação da causa e efeitos da alegada conduta. Os trabalhos de investigação inicialmente previstos foram substancialmente concluídos, tendo-se concluído que alguns fornecedores podem ter fornecido produtos ou serviços sem valor acrescentado tangível e/ou cobrados a mais pelos serviços prestados, com impacto portanto no custo de aquisição dos investimentos em ativos fixos tangíveis e nos montantes pagos pela aquisição de inventários e serviços, que confirmando-se o acima referido não deveriam ter sido capitalizados como parte do custo de aquisição do ativo imobilizado e dos inventários.

As compras efetuadas pela Fundação Altice aos fornecedores potencialmente implicados na investigação, durante os anos 2015 a 2022 representaram os valores aproximados constantes da tabela abaixo, repartidos entre aqueles reconhecidos como investimentos em ativos fixos tangíveis e os restantes reconhecidos diretamente como gasto. Em 31 de dezembro de 2022, na Fundação Altice, o valor líquido contabilístico dos investimentos em ativos fixos tangíveis adquiridos diretamente a entidades visadas pela investigação do Ministério Público no âmbito da Operação Picoas ascendia a um valor global de aproximadamente 86 milhares de euros. Não foram identificados pela Administração indicadores de imparidade quanto a estes ativos.

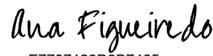
	Montantes em milhares de euros e sem IVA							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Investimento em ativos fixos tangíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	89,8	0,0
Gastos operacionais	0,0	8,5	3,6	5,1	4,8	8,9	5,8	4,5
Total	0,0	8,5	3,6	5,1	8,2	8,9	95,6	4,5

No âmbito do processo de substituição dos fornecedores-alvo da investigação, a Fundação conseguiu obter poupanças em relação aos preços anteriores cobrados pelos fornecedores e/ou em relação aos preços estabelecidos nas encomendas em aberto que acabaram por ser satisfeitas por novos fornecedores. Contudo, por ora, a Fundação entende ainda não ser possível quantificar, de forma definitiva e fiável, os exatos montantes que eventualmente possam ter sido pagos a mais pela aquisição de ativos fixos tangíveis uma vez que: (i) à data de aprovação destas demonstrações financeiras, as investigações ainda estão em curso (e, em particular, o inquérito-crime está sujeito a segredo de justiça); (ii) os preços de mercado atuais e passados e, ainda, as concretas condições contratuais podem não ser inteiramente comparáveis, estando ainda a ser avaliados por referência a cada área de serviços ou negócios; (iii) a gestão da Fundação não dispõe, por ora, de provas definitivas de transações específicas da cadeia de fornecimento sem qualquer valor acrescentado que deva portanto ser removido do ativo imobilizado; e (iv) a utilização de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, à data de aprovação destas demonstrações financeiras e com base na informação disponível a esta data, a Fundação considera não ser possível, nesta fase em que se encontra o processo judicial, quantificar com fiabilidade a eventual sobrevalorização dos ativos fixos tangíveis e portanto, nos termos definidos nos parágrafos 6.7 a 6.9 da NCRF-ESNL, ser impraticável, para efeitos contabilísticos, a reexpressão retrospectiva das demonstrações financeiras que daí poderia resultar.

Lisboa, 18 de outubro de 2024

O Conselho de Administração

Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo – Presidente

Assinado por:

E7797123D3B7465...

David Drahí - Vogal

Signed by:

19BD010E6393497...

Natacha Céline Agatha Marty - Vogal

Signé par:

A9B4CC441E7943D...

Madalena Bobela Mota Figueiredo De Albuquerque – Administradora Delegada Executiva

Signed by:

F52794FD2778487...

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

ÍNDICE

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e correção de erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Inventários
8. Fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar
9. Diferimentos
10. Património
11. Credores por acréscimos de gastos
12. Estado e outros entes públicos
13. Subsídios à exploração
14. Subsídios e donativos concedidos
15. Fornecimentos e serviços externos
16. Gastos com o pessoal
17. Outros rendimentos
18. Outros gastos
19. Resultados financeiros
20. Imposto sobre o rendimento do exercício
21. Partes relacionadas
22. Outros assuntos
23. Eventos subsequentes

BALANÇO

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL		euros	
BALANÇO		Notas	2022
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2.062.906	2.089.937
Outros ativos financeiros		1.366	683
Total do ativo não corrente		2.064.272	2.090.620
Ativo corrente			
Inventários	7	7.425	20.529
Outros créditos a receber	8	2.366.881	2.036.570
Diferimentos	9	376	24.796
Caixa e depósitos bancários	4	144.564	154.882
Total do ativo corrente		2.519.246	2.236.777
Total do ativo		4.583.518	4.327.397
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	28.785.430	28.785.430
Resultados transitados	10	(26.274.463)	(26.929.574)
Outras reservas	10	143.701	143.701
Resultado líquido do período		407.577	655.112
Total dos fundos patrimoniais		3.062.245	2.654.669
PASSIVO			
Passivo corrente			
Diferimentos	9	6.127	31.939
Fornecedores	8	227.989	651.340
Fornecedores de investimento	8	36.900	99.460
Credores por acréscimos de gastos	11	1.121.581	745.483
Estado e outros entes públicos	12	7.954	7.048
Outras dívidas a pagar	8	120.722	137.458
Total do passivo corrente		1.521.273	1.672.728
Total do passivo		1.521.273	1.672.728
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.583.518	4.327.397

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Assinado por:

carla oliveira

6A7E8F3124AA40E...

Assinado por:

Ana Figueirido

E7797123D3B7465...

Signed by:

David Draki

19BD010E6393497...

Signé par :

Natacha Marty

A9B4CC441E7943D...

Signed by:

Madalena F. de Albuquer

F52794FD2778487...

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
	Notas	2022	2021
		euros	
Subsídios à exploração	13	4.042.967	4.010.868
Subsídios e donativos concedidos	14	(1.539.082)	(1.550.888)
Fornecimentos e serviços externos	15	(991.763)	(665.871)
Gastos com o pessoal	16	(907.094)	(945.083)
Impostos indiretos e taxas		(2.071)	(1.981)
Outros rendimentos	17	20	13.337
Outros gastos	18	(27.900)	(37.062)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		575.076	823.320
Gastos/reversões de depreciações e imparidades	6	(167.147)	(167.879)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		407.929	655.441
Juros e gastos similares suportados	19	(280)	(294)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		407.649	655.147
Imposto sobre o rendimento	20	(72)	(35)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		407.577	655.112

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Assinado por:

carla oliveira
6A7E8F3124AA40E...

Assinado por:

Ana Figueiredo
E7797123D3B7405...

Signed by:

David Drakhi
19BD010E6393497...

Signé par :

Natacha Marty
A9B4CC441E7943D...

Signed by:

Madalena F. de Alba
F52794FD2778487...

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL					
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS					
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021					
					euros
		Fundos	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido do período
					Total dos fundos patrimoniais
Posição em 31 de dezembro de 2020	A	28.785.430	(27.020.123)	143.701	90.549 1.999.557
Resultado líquido do período					655.112 655.112
Resultado integral	B				655.112 655.112
Operações com detentores do património					
Aplicação de resultados (Nota 10.3)		-	90.549	-	(90.549) -
	C	-	90.549	-	(90.549) -
Posição em 31 de dezembro de 2021	D=A+B+C	28.785.430	(26.929.574)	143.701	655.112 2.654.669
Resultado líquido do período					407.577 407.577
Resultado integral					407.577 407.577
Operações com detentores do património					
Aplicação de resultados (Nota 10.3)		-	655.112	-	(655.112) -
	E	-	655.112	-	(655.112) -
Posição em 31 de dezembro de 2022	D+E	28.785.430	(26.274.463)	143.701	407.577 3.062.245

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Assinado por:



carla oliveira
6A7E8F3124AA40E...

Assinado por:



Ana Figueiredo David Drakic
E7797123D3B7465... 19BD010E6393497...

Signed by:

Signé par :



Natacha Marti Madalena F. de Albu
A0B4CC441E7943D... F52794FD2778487...

Signed by:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Notas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Subsídios recebidos dos Fundadores	4 (a)	3.557.000	2.795.000	
Outros subsídios recebidos	4 (b)	117.154	57.369	
Pagamentos a fornecedores		(1.638.148)	(1.457.402)	
Pagamentos relacionados com donativos concedidos	4 (c)	(1.717.826)	(1.105.877)	
Caixa gerada pelas operações		318.180	289.090	
Outros pagamentos, líquidos		(129.834)	(119.245)	
Fluxos das atividades operacionais (1)		188.346	169.845	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		-	70	70
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(198.370)	(57.128)	(198.370) (57.128)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(198.370)	(57.058)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e gastos similares		(293)	(266)	(293) (266)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(293)	(266)	
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)			(10.318)	112.521
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4 (d)	154.882	42.360	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 (d)	144.564	154.882	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Assinado por:

carla oliveira
6A7E8F3124AA40E...

Assinado por:

Ana Figueiredo
E7797123D3B7465...

Signed by:

David Drakic
19BD010E6393497...

Signé par :

Natacha Marty
A9B4CC441E7943D...

Signed by:

Madalena F. de Alba
F52794FD2778487...

Fundação Altice Portugal

Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Fundação Altice Portugal, anteriormente designada por Fundação Portugal Telecom (adiante designada por “Fundação Altice” ou “Fundação”) foi constituída por escritura pública lavrada em 11 de março de 2003, publicada no Diário da República de 23 de outubro de 2003, com o objetivo de exprimir e concretizar o compromisso de intervenção social e apoio ao desenvolvimento por parte do então Grupo Portugal Telecom, e atualmente do Grupo Altice Portugal (adiante designado por “Grupo Altice”), promovendo os avanços da “Sociedade de Informação”, os usos sociais dos meios e tecnologias de comunicação e informação, designadamente para a promoção da educação e formação tecnológica e cultural e do combate à infoexclusão nas suas diferentes vertentes, bem como as que promovam a inovação e o desenvolvimento na promoção da saúde, da cultura e do desporto, e outras.

Na prossecução do seu objeto, deve a gestão da Fundação Altice ser orientada por critérios de equidade, racionalidade e de adequada aplicação e aproveitamento dos meios e bens pertença ou colocados à disposição da Fundação, atenta à natureza dos seus meios e fins.

A Fundação Altice foi instituída entre (1) a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT SGPS”), a qual tem presentemente a denominação social Pharol, SGPS, S.A. e não faz parte do Grupo Altice Portugal, (2) a PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), a qual alterou a sua denominação social no final de 2014 para MEO, (3) a TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), a qual foi incorporada na PT Comunicações no final de 2014 e deixou portanto de existir, (4) a PT Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (“PT Multimédia”), a qual deixou de fazer parte do Grupo PT e alterou posteriormente a sua denominação social para NOS, SGPS, S.A. (“NOS”), e (5) a Portugal Telecom Inovação, S.A. (“PT Inovação”), a qual alterou a sua designação social para PT Inovação e Sistemas, S.A. em fevereiro de 2014 e para Altice Labs em março de 2016.

A personalidade jurídica da Fundação foi reconhecida através da Portaria n.º 793/2004 do Ministério da Administração Interna, publicada no Diário da República de 12 de julho de 2004.

A Declaração n.º 46/2005 da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República de 4 de março de 2005, concedeu a utilidade pública à Fundação, tendo este estatuto sido confirmado pela Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros pelo Despacho n.º 3604/2013 de 21 de fevereiro de 2013, publicado no Diário da República de 7 de março de 2013.

Por Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 7 de março de 2007, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC") abrangendo a Categoria B (rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários), a Categoria E (rendimentos de capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor), a Categoria F (rendimentos prediais) e a categoria G (incrementos patrimoniais) (Nota 20).

Esta isenção aplica-se retroativamente a partir de 4 de março de 2005, data em que a Fundação foi reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Em janeiro de 2008, a Presidência do Conselho de Ministros aprovou o pedido de alteração dos Estatutos da Fundação, requerida na sequência do processo de cisão que levou à saída da NOS do Grupo PT. Com esta saída, deixaram de estar reunidos os requisitos necessários para aquela empresa continuar a ser membro do Conselho Geral da Fundação e para contribuir financeiramente para o desenvolvimento das suas atividades. As alterações dos Estatutos excluem a NOS da obrigação de contribuir para o subsídio anual a conceder à Fundação, assumida pelos restantes instituidores (Artigo 5, n.º 5), excluindo-a, igualmente, de participar no Conselho Geral (Artigo 7, n.º 1).

Em 10 de julho de 2014, a Fundação entregou na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros ("PCM") um pedido de alteração estatutária, para que a PT Portugal SGPS, S.A. substitua a Portugal Telecom SGPS, S.A. no Conselho Geral da Fundação passando o Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal SGPS, S.A. a presidir ao Conselho Geral e que foi aprovado em fevereiro de 2015.

Em 9 de julho de 2015, a Fundação entregou, na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros ("PCM"), um novo pedido de alterações estatutárias, nos termos das quais: o Administrador Executivo passou a designar-se como Órgão Executivo (alínea c) do Artigo 6º) e o Presidente do Conselho de Administração da MEO passou a integrar o Conselho Geral (Artigo 7º); passa a ser permitido o voto por correspondência e por procuraçao do Conselho de Administração (novo nº 3 ao Artigo 12º); entre outras alternativas, a vinculação da Fundação passou a ser também possível apenas com a assinatura do Presidente do Conselho de Administração (Artigo 14º), tendo sido tudo aprovado por Despacho da Sra. Ministra da Presidência e da

Modernização Administrativa, em 3 de junho de 2016, conforme notificação da Secretaria Geral da PCM de 8 de julho de 2016.

Realizou-se a respetiva Escritura de alteração de Estatutos, no dia 28 de julho de 2016, que foi oportunamente notificada juntamente com a certidão permanente atualizada, através do respetivo site, à Presidência do Conselho de Ministros.

Em 4 de maio de 2018, a Fundação entregou na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (“PCM”) novo pedido de alteração estatutária, tendo por objetivo alterar a denominação social para Fundação Altice Portugal (decorrente do facto da sociedade de topo, em Portugal, que detém a totalidade do capital social dos Fundadores da Fundação se denominar Altice Portugal, S.A e da adoção de uma identidade global do grupo económico em que esses Fundadores se inserem, passando a ser conhecido como Grupo Altice Portugal ou Altice Portugal); alterações às designações do Conselho de Administração e do Órgão Executivo, que passaram a denominar-se respetivamente por Conselho de Administração Executivo e Administrador Delegado Executivo e alterações às competências do Conselho Geral e do Conselho de Administração Executivo, tendo em vista a conformação do texto estatutário à Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012 de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei 150/2015 de 10 de setembro de 2015). O pedido de alteração estatutária foi aprovado por Despacho da Sra. Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, em 29 de novembro de 2018, conforme notificação da Secretaria Geral da PCM de 6 de dezembro de 2018.

Realizou-se a respetiva escritura de alteração de Estatutos, no dia 3 de janeiro de 2019, que foi oportunamente notificada juntamente com a certidão permanente atualizada, através do respetivo site, à Presidência do Conselho de Ministros.

O Despacho n.º 9174/2021 de 30 de agosto de 2021, publicado no Diário da República de 16 de setembro de 2021, veio confirmar a renovação pelo prazo de dez anos, do estatuto de utilidade pública à Fundação, produzindo efeitos desde 7 de março de 2018.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, tal como republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 cujas alterações introduzidas visaram transpor, para o ordenamento jurídico interno, a Diretiva nº 2013/34/EU do Parlamento Europeu. Na sequência do Decreto-Lei nº 98/2015, foram publicados portarias e avisos que alteraram os modelos de demonstrações financeiras (portaria nº 220/2015), a estrutura conceptual (aviso 8254/2015), as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro – NCRF, para as Entidade do Setor Não Lucrativo (aviso 8259/2015) e as Normas Interpretativas (aviso 8258/2015). As alterações, introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 e pelas portarias e avisos atrás mencionados, não produziram qualquer impacto quantitativo nas demonstrações financeiras da Fundação, traduzindo-se apenas num acréscimo de divulgações a efetuar no anexo às demonstrações financeiras, bem como na alteração dos nomes de algumas rubricas das demonstrações financeiras.

A Fundação aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), tal como adotado pela União Europeia, e as respetivas interpretações ("SIC/IFRIC") do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos específicos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo e autorizadas para emissão em 18 de outubro de 2024, estando ainda sujeitas a aprovação no Conselho Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Estas não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas segundo as NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

O Conselho de Administração Executivo procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração Executivo concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, tendo em conta os subsídios concedidos pelos fundadores, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do

pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são como segue:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos a terceiros são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Fundação e o gasto possa ser mensurado com fiabilidade. Os gastos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no exercício em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis doados pelos Fundadores correspondem essencialmente a (i) obras de arte, (ii) património museológico, (iii) conjunto de medalhas comemorativas, e (iv) arquivos histórico, documental, tecnológico e audiovisual, encontrando-se valorizados em conformidade com os valores que figuram na escritura de constituição da Fundação Altice, não sendo as obras de arte depreciadas por se considerar não serem objeto de depreciação ou perda de valor, sendo sujeitas a testes de imparidade quando existam indícios ou eventos que possam indicar uma redução do seu valor.

A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é reconhecida após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada para cada classe de bens, como se segue:

Classe do ativo	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 20

As vidas úteis e o método de depreciação são revistos regularmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido de forma prospectiva na demonstração das variações patrimoniais.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos na demonstração das variações patrimoniais.

3.2. Imparidades de ativos fixos tangíveis

A Fundação efetua análises de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Fundação procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor e o valor de uso. O justo valor é o montante que se obteria pela alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que refletem o custo do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, a qual é registada na demonstração dos resultados.

3.3. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor valor entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As rendas incluem o gasto financeiro e a amortização do capital, sendo que os gastos financeiros são imputados de acordo com uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos do exercício em que são incorridos.

3.4. Inventários

Uma Entidade do Setor Não Lucrativo (“ESNL”) pode deter inventários cujo contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação ou os serviços potenciais que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a

capacidade de gerar fluxos de caixa. Este tipo de inventários pode existir, quando uma ESNL distribui certas mercadorias sem contrapartida. Nestes casos, os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços potenciais dos inventários são refletidos através da quantia que a Fundação teria de pagar para comprar inventários equivalentes. A Fundação mensura esses inventários pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

3.5. Créditos a receber de outros devedores

Os créditos a receber de outros devedores são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade.

As imparidades para dívidas de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados decorrentes da não cobrança dos créditos a receber. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração das variações patrimoniais.

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem, essencialmente, às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Fundação:

- Adiantamentos a fornecedores;
- Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar;
- Diferimentos;
- Fornecedores e fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Estado e outros entes públicos.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

(a) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado, são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados.

A perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Subsequentemente, se ocorre uma diminuição da perda por imparidade em resultado de um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento inicial da perda, a imparidade deve ser revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e respetivas reversões são registadas em resultados essencialmente na rubrica “Imparidade de créditos a receber”.

(b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. Não são reconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.8. Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico de acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos ou gastos reconhecidos na demonstração das variações patrimoniais que ainda não tenham sido recebidos ou pagos foram registados por contrapartida das rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos” e “Credores por acréscimos de gastos”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente foram registados por contrapartida das rubricas “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.9. Subsídios obtidos

Os subsídios, que não os dos fundadores, apenas são reconhecidos quando recebidos e após existir segurança de que a Fundação irá cumprir com as condições associadas à atribuição dos mesmos.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (subsídios ao investimento) são reconhecidos inicialmente nos fundos patrimoniais; sendo, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos na variação patrimonial do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração das variações patrimoniais de forma sistemática durante os exercícios em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar, não representando os mesmo valores materiais no âmbito da fundação.

A partir de 2009, inclusive, e conforme previsto no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Fundação, é recebido um subsídio anual dos Fundadores, cujo valor é estipulado numa base anual pelo Conselho Geral. Este subsídio é reconhecido em rendimentos operacionais pela dotação anual definida, independentemente do momento em que é recebido dos Fundadores, em conformidade com a política de especialização dos exercícios referida nas Notas 4 a) e 13 e pelo facto de não existir risco de recebimento. Os demais subsídios atribuídos pelos fundadores para financiamento da exploração são registados nas rubricas da respetiva natureza, sendo reconhecidos como rendimentos operacionais na altura em que ocorre o gasto que lhe dá origem (Notas 9 e 13).

3.10. Subsídios e donativos concedidos

No âmbito da sua atividade, a Fundação concede subsídios e donativos a entidades terceiras com as quais se relaciona. Os subsídios e donativos concedidos são aprovados pelo Conselho Geral, pelo Conselho de Administração Executivo ou pelo Administrador Delegado Executivo no âmbito das suas competências. Os subsídios e donativos concedidos são reconhecidos como gastos operacionais na demonstração das variações patrimoniais quando é assumido, perante as entidades, o compromisso de os conceder, independentemente do momento do seu pagamento, de acordo com a política de especialização dos exercícios (Notas 11 e 14).

3.11. Férias e subsídio de férias

As férias, subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do exercício em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias, subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica "Credores por acréscimos de gastos".

3.12. Principais juízos de valor e fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas que afetam as quantias relativas aos ativos, assim como as quantias relatadas dos rendimentos e gastos do exercício. No entanto, nenhuma das estimativas realizadas tem um impacto material nas demonstrações financeiras ou um elevado nível de julgamento.

3.13. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("eventos não ajustáveis") não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (até 3 meses) com risco insignificante de alteração de valor.

A Fundação classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e dividendos recebidos como atividades de investimento.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a "NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa", havendo os seguintes aspetos a salientar:

(a) Recebimentos de subsídios dos fundadores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica corresponde ao valor do subsídio anual dos fundadores e teve a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Dotação 2022	1.534.000	-
Dotação 2021	2.023.000	1.877.000
Dotação 2020	-	918.000
	3.557.000	2.795.000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante recebido de 1.534.000 euros corresponde a parte da dotação aprovada em 2022 no total de 3.900.000 euros (Nota 13), tendo o montante remanescente de 2.366.000 euros (Nota 8) transitado para o exercício de 2023, não se verificando à data de aprovação das demonstrações financeiras, qualquer valor em dívida. Foi ainda recebido o valor de 2.023.000 euros (Nota 8) correspondente à última parcela da dotação aprovada para 2021, no montante de 3.900.000 euros (Nota 13).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante recebido de 1.877.000 euros corresponde a parte da dotação aprovada em 2021 no total de 3.900.000 euros (Nota 13), tendo o montante remanescente de 2.023.000 euros (Nota 8) transitado para o exercício de 2022. Foi ainda recebido o valor de 918.000 euros, correspondente à última parcela da dotação aprovada para 2020, no montante de 3.430.000 euros.

(b) Recebimentos provenientes de outros subsídios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Empresas do Grupo Altice	27.894	7.838
Outros subsídios	89.260	49.531
Outros subsídios recebidos	117.154	57.369

Em 2022 e 2021, os valores recebidos de “Empresas do Grupo Altice”, respeitam a recebimentos no âmbito do projeto dos Leilões (Nota 13).

Em 2022, o montante registado como “Outros subsídios”, inclui o valor de 24.762 euros de recebimentos de consignação de IRS e 64.498 euros do reembolso do projeto de candidatura POCH-Zona centro (Nota 13).

Em 2021, o montante registado como “Outros subsídios”, inclui o valor de 28.773 euros de recebimentos de consignação de IRS e 20.758 euros recebidos da Fundação de Ciência e Tecnologia (Nota 13)

(c) Pagamentos relacionados com donativos concedidos

Estes pagamentos incluem os donativos entregues pela Fundação Altice a diversas instituições nos montantes de 1.717.826 euros e 1.105.877 euros nos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente (Nota 14).

A variação ocorrida entre os exercícios de 2022 e 2021, respeita essencialmente ao pagamento de subsídios concedidos à MEO, nos montantes de 843.598 euros e 352.898 euros, respetivamente.

(d) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Numerário	2.500	1.552
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	142.064	153.329
Caixa e depósitos bancários	144.564	154.882

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e correção de erros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram adotadas, nem revistas, normas ou interpretações e não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas ou estimativas contabilísticas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e nas depreciações e perdas de imparidade acumuladas foram os seguintes:

				euros 2022
	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis (a)	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	1.437.875	3.261.049	89.790	4.788.714
Aquisições	51.055	27.560	61.500	140.115
Alienações	(550)	-	-	(550)
Abates	(10.411)	-	-	(10.411)
Saldo final	1.477.969	3.288.609	151.290	4.917.868
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.341.690	1.357.086	-	2.698.776
Depreciações do exercício e imparidades	40.225	126.922	-	167.147
Alienações	(550)	-	-	(550)
Abates	(10.411)	-	-	(10.411)
Saldo final	1.370.954	1.484.008	-	2.854.962
Ativos fixos tangíveis líquidos	107.015	1.804.601	151.290	2.062.906

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Outros ativos fixos tangíveis", inclui os bens do património histórico e cultural da Fundação, que se encontram essencialmente situados em edifícios explorados pelo Grupo, e que apresentam o seguinte detalhe:

				euros 2022
	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Saldo final
Obras de arte	1.164.304	-	550.000	614.304
Peças museológicas	1.598.989	408.950	-	1.190.039
Arquivos históricos	350.000	350.000	-	-
Artigos de decoração	75.403	75.145	-	258
Tapetes e alcatifas	81.177	81.177	-	-
Saldo final	3.269.873	915.272	550.000	1.804.601

No decurso do exercício de 2016 a Fundação solicitou uma avaliação das obras de arte a um perito externo, independente e com conhecimento na área (leiloeira).

O resultado da avaliação determinou o registo de uma imparidade (nos casos em que o valor mínimo de avaliação da obra era inferior ao valor contabilístico).

Após essa data não foram identificados indícios que determinem a necessidade de uma nova avaliação.

				euros 2021
	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis (a)	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	1.382.885	3.264.549	-	4.647.434
Aquisições	62.235	-	89.790	152.025
Alienações	(1.062)	-	-	(1.062)
Abates	(6.183)	(3.500)	-	(9.683)
Saldo final	1.437.875	3.261.049	89.790	4.788.714
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.308.027	1.232.740	-	2.540.767
Depreciações do exercício e imparidades	40.908	126.971	-	167.879
Alienações	(1.062)	-	-	(1.062)
Abates	(6.183)	(2.625)	-	(8.807)
Saldo final	1.341.690	1.357.086	-	2.698.777
Activos fixos tangíveis líquidos	96.185	1.903.963	89.790	2.089.937

7. Inventários

Os inventários são constituídos por equipamentos doados à Fundação e também por equipamentos que esta adquire. Todos estes equipamentos, na maioria telefones, computadores e tablets, destinam-se a integrar os projetos da Fundação e, no momento em que tal ocorre, é reconhecido o correspondente gasto. Se se tratar de equipamentos que tenham sido recebidos através de doação é também reconhecida a correspondente receita.

Os inventários, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentaram os seguintes movimentos:

			euros 2022
	1 janeiro	Diminuições	31 dezembro
Equipamentos recebidos por doação			
De empresas do Grupo Altice	2.148	-	2.148
De outras empresas (a)	17.082	(13.104)	3.978
Total dos equipamentos recebidos por doação	19.230	(13.104)	6.126
Equipamentos adquiridos	1.299	-	1.299
Total	20.529	(13.104)	7.425

- (a) No exercício de 31 de dezembro de 2022, o valor das diminuições de "Outras empresas" respeita à utilização de equipamentos recebidos por doação no montante de 13.104 euros (Nota 13 (b)).

8. Fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		
Corrente		
Empresas do Grupo Altice (a) (b)	2.366.010	2.023.000
Outros devedores	871	13.570
Total de outros créditos a receber	2.366.881	2.036.570
FORNECEDORES		
Corrente		
Empresas do Grupo Altice (b)	150.073	361.618
Outros fornecedores	77.916	289.722
Total de fornecedores	227.989	651.340
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO		
Empresas do Grupo Altice (b)	-	9.670
Outros fornecedores	36.900	89.790
Total de fornecedores de investimento	36.900	99.460
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR		
Corrente		
Empresas do Grupo Altice (b)	120.335	137.379
Outros credores	387	79
Total das outras dívidas a pagar	120.722	137.458

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Empresas do Grupo nos montantes de 2.366.000 euros e 2.023.000 euros respeitam às parcelas não recebidas da dotação 2022 e 2021 (Nota 4 a)).
- (b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos com empresas do Grupo eram como segue:

	euros	
	2022	2021
Outros créditos a receber		
MEO		
Total dos outros créditos a receber (Nota 21)	2.366.010	2.023.000
Fornecedores		
MEO	147.654	357.923
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact Altice - Associação de Cuidados de Saúde ("ACS")	2.192	3.428
	227	267
Total de fornecedores (Nota 21)	150.073	361.618
Fornecedores de investimento		
MEO	-	9.670
Total de fornecedores de investimento (Nota 21)	-	9.670
Outras dívidas a pagar		
MEO	120.335	137.379
Total das outras dívidas a pagar (Nota 21)	120.335	137.379

A disponibilização dos montantes associados aos Fundadores ao longo do ano é efetuada com base nas necessidades de tesouraria mensais da Fundação Altice. A tesouraria centralizada efetua a análise mensal, apura o valor dos pagamentos e faz a transferência para a Fundação.

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
GASTOS A RECONHECER		
Trabalhos especializados	-	24.354
Pessoal	-	66
Outros fornecimentos e serviços externos	376	376
Total dos gastos a reconhecer	376	24.796
RENDIMENTOS A RECONHECER		
Subsídios à exploração (a)	6.127	31.939
Total dos rendimentos a reconhecer	6.127	31.939

(a) Os rendimentos a reconhecer refletem o valor de equipamentos recebidos em doação, para afetação a projetos, e que serão reconhecidos como subsídio à exploração no momento da sua utilização.

10. Património

Conforme referido na Nota Introdutória, os fundadores da Fundação foram a PT SGPS (51%), a PTC (18%), a TMN (18%), a PT Multimédia (10,5%) e a Altice Labs (2,5%), tendo a PT Multimédia deixado de pertencer ao Conselho Geral da Fundação em janeiro de 2008 e como tal deixado de contribuir financeiramente para a mesma.

Por alteração estatutária realizada em 2015, a PT Portugal SGPS S.A. ("PT Portugal") passou a assumir, em substituição da PT SGPS S.A., todos os direitos e obrigações desta para com a Fundação Altice, incluindo a contribuição regular para as suas atividades.

10.1. Fundos

A dotação inicial para o património da Fundação Altice, conforme estabelecido na escritura de constituição, foi de 28.785.430 euros, tendo sido integralmente realizada pelos Fundadores como se segue:

	Numerário	Acervo	Total
Data de constituição:	10.000.000	3.785.430	13.785.430
2004	5.000.000	5.000.000	5.000.000
2005	5.000.000	5.000.000	5.000.000
2006	1.025.000	1.025.000	1.025.000
2007	3.975.000	3.975.000	3.975.000
	25.000.000	3.785.430	28.785.430

10.2. Outras reservas

As outras reservas, que totalizam 143.701 euros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se a doações recebidas pela Fundação nos exercícios de 2005, 2011, 2012, 2017 e 2018.

10.3. Aplicação de resultados

Conforme deliberado no Conselho Geral de 02 de junho de 2023 e de 03 de março de 2022, as contas dos exercícios de 2021 e 2020 foram aprovadas, tendo os resultados líquidos apurados nos respetivos exercícios sido transferidos para a rubrica “Resultados transitados”.

11. Credores por acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Trabalhos especializados	359.986	132.381
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	103.811	94.669
Outros fornecimentos e serviços externos	39.033	13.048
Rendas e alugueres	13.465	-
Marketing e publicidade (a)	9.884	77.039
Outros (b)	595.402	428.346
	1.121.581	745.483

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica de “Marketing e publicidade”, inclui as despesas com o projeto de eventos da Fundação, nomeadamente o lançamento de imagem e o fee de gestão e desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de “Marketing e publicidade”, inclui o projeto do Programa Cultura referente a um patrocínio de uma exposição em Paris no museu do Louvre e os projetos de Merchandising “Pulseiras estou aqui adultos” e “Moleskines (125)”.

(b) Inclui, essencialmente, subsídios atribuídos, mas ainda não pagos relativos a equipamentos e serviços especiais (Programa Inclui) nos montantes de 225.009 euros e 97.428 euros nos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, e donativos atribuídos nos montantes de 377.374 euros e 351.205 euros nos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, não se verificando à data de aprovação das demonstrações financeiras, qualquer valor em dívida.

Esta rubrica inclui especializações com partes relacionadas nos montantes de 1.884 euros e 3.374 euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente (Nota 21).

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos credores com o estado e outros entes públicos tinham a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Retenções de imposto sobre o rendimento	5.639	4.762
Segurança social	2.242	2.251
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	72	35
	7.954	7.048

13. Subsídios à exploração

O subsídio anual dos fundadores, conforme estabelece o n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Fundação, destina-se ao adequado financiamento da atividade, tendo o Conselho Geral aprovado a verba de 3.900.000 euros para o exercício de 2022.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação reconheceu em rendimentos os seguintes montantes de subsídios à exploração:

	euros	
	2022	2021
Fundadores (Notas 4 a) e 21)	3.900.000	3.900.000
Empresas Grupo Altice (a)	27.894	7.838
Outros (b)	115.073	103.030
	4.042.967	4.010.868

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os donativos em numerário ascenderam a 27.894 euros e 7.838 euros, respetivamente (Nota 4 (b)).
- (b) No exercício de 31 de dezembro de 2022, o valor resulta de consignação de IRS no valor de 24.762 euros, subsídios no montante de 64.498 euros (Nota 4 b)), da utilização de equipamentos recebidos por doação no montante de 13.104 euros (Nota 7) e do valor de 12.709 euros de equipamentos doados que se encontravam cedidos aos AE's do Piloto Oeste Khan Academy.

No exercício de 31 de dezembro de 2021, o valor resulta de consignação de IRS no valor de 28.773 euros, subsídios no montante de 20.758 euros (Nota 4 b)) e da utilização de equipamentos recebidos por doação no montante de 53.499 euros (Nota 7).

14. Subsídios e donativos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2022	2021
Subsídios concedidos	826.456	785.342
Donativos concedidos	712.626	765.546
	1.539.082	1.550.888

A diferença entre os valores desta rubrica e os pagamentos relacionados com subsídios e donativos concedidos que figuram na demonstração dos fluxos de caixa (Nota 4 (c)), resulta de alguns gastos registados no exercício de 2022 que só serão pagos em 2023 e, por outro lado, de pagamentos concretizados em 2022 que resultaram de gastos registados em 2021.

O Relatório de atividades proporciona informação adicional acerca do âmbito dos vários subsídios atribuídos pela Fundação.

14.1. Donativos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação concedeu donativos na prossecução da sua atividade, de que se destacam os seguintes:

	2022	2021
ASC - Associação Sara Carreira	113.794	107.620
Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom	82.000	22.370
Associação de Apoio Social da Portugal Telecom	82.000	20.000
Fundação de Serralves	60.000	15.000
Institucion Ferial de Madrid (IFEMA)	36.000	-
DEMOS - Associação para o Desenvolvimento e Mobilização Social	31.385	28.000
Laboratório aTopLab Politécnico de Leiria	31.067	33.554
Horta Seca - Associação Cultural	25.000	-
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Madeira	22.363	6.872
APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	19.643	20.055
APELA - Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica	18.645	14.970
Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão - Espaço Inclui	16.810	8.521
Universidade de Aveiro	13.820	-
Universidade Católica Portuguesa	12.750	20.000
AD Gentes - Associação Leigos Missionários da Consolata	11.430	-
APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral - Espaço Inclui	11.335	15.625
Politécnico Leiria - Espaço Inclui	10.322	12.519
Centro Social da Legião da Boa Vontade	9.500	9.500
Ar.Co - Centro de Arte e Comunicação Visual	9.500	9.500
Escola Básica António Gedeão - Odivelas	8.905	-
Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus - Vila Real	8.085	-
AE Professor Agostinho Silva	6.786	-
CAIS - Associação de Solidariedade Social	6.222	5.200
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano	5.597	-
Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, S.A.	5.016	5.700
Associação O Dom Maior	5.000	-
Hospital Garcia de Horta, EPE	4.536	-
APCV - Associação Paralisia Cerebral de Viseu	4.422	-
AE do Cadaval	3.653	-
AE D. Luis de Ataíde	3.566	-
AE das Olaias	3.510	-
Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000	3.113	-
AE da Damaia	2.808	-
Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga	2.769	3.000
Associação Castelo D'If	2.500	-
AE Fernão do Pó	2.451	-
CERCICAPER - Coop. de Educação, Reabilitação, Capacitação e Incl	2.260	3.000
Associação Pais e Amigos Habilitar	-	100.000
Verdekui - Associação de Ação Social	-	50.000
Outros donativos	14.064	254.540
	712.626	765.546

Na presente tabela é apresentado o detalhe dos maiores donativos concedidos em 2022, apresentando o respetivo montante comparativo de 2021. Os restantes donativos de 2021 de menor valor são agregados na linha "Outros donativos".

14.2. Subsídios concedidos

A Fundação concedeu também subsídios, com destaque para os que se destinaram a numerosas pessoas com deficiência, com doença severa ou incapacitante e a idosos em risco, relativamente a uma variedade de produtos e serviços (Programa Inclui) especialmente destinados a esses grupos de pessoas. Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Natureza do subsídio:		
Subsidiação de serviços internet	521.670	402.964
Projeto UBBU - Academia de código	145.000	145.000
Educom - POCH/TIS	-	97.926
Subsidiação de equipamentos especiais de comunicação	83.337	80.509
Subsidiação de serviços especiais de comunicação	75.519	57.841
Subsidiação de softwares especiais de comunicação	930	1.102
	826.456	785.342

15. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Trabalhos especializados (a)	546.285	280.253
Rendas e alugueres	142.761	130.396
Serviços de suporte	97.830	86.266
Honorários	58.126	-
Marketing e publicidade	47.091	81.986
Comunicações	29.942	42.604
Combustível, água e outros fluidos	20.912	11.425
Deslocações e estadas	13.133	7.291
Manutenção e reparação	12.609	7.452
Seguros	6.621	9.476
Outros	16.453	8.722
	991.763	665.871

(a) Em 2022, o aumento dos gastos decorreram essencialmente da implementação dos projetos internos: “Portal Inclusico” que consiste num desenvolvimento aplicacional que tem por objetivo um conjunto de funcionalidades no telemóvel direcionadas para a mobilidade das pessoas com deficiência e neste âmbito a empresa q-better foi selecionada para estes desenvolvimentos; e “Metaverso” que após a entrada da MEO neste projeto, e como forma de comunicação das principais áreas de atividade da Fundação, foi decidido criar na mesma plataforma um espaço “Metaverso”. Este espaço foi criado de raiz para duas áreas, “arte” e “acessibilidade”. Os custos dizem respeito a estes desenvolvimentos já terminados.

Os trabalhos especializados referem-se, essencialmente, a serviços de informática e serviços complementares à atividade da Fundação. As rendas e alugueres são

constituídos, em grande parte, pela renda do espaço de escritório ocupado pela Fundação. Os gastos com comunicações incluem serviço telefónico e de internet de uso da Fundação e também disponibilizado a algumas instituições apoiadas. Os serviços de suporte incluem, entre outros, os gastos com o callcenter para o atendimento das pessoas que utilizam as soluções especiais da Fundação (Programa Inclui). Os honorários incluem essencialmente os serviços de produção de vídeos para o projeto Khan Academy.

16. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	euros 2021
Remunerações		
Pessoal	740.109	766.618
Encargos sociais		
Pessoal	144.815	153.522
Ação social	3.666	1.722
Cuidados de saúde (Nota 21)	1.481	1.701
Outros	17.023	21.520
	907.094	945.083

A diminuição de gastos verificado nas “Remunerações do pessoal” está relacionado essencialmente, com a diminuição das remunerações fixas e das outras remunerações. O número de colaboradores da Fundação, de 2021 para 2022 passou de 16 para 15 colaboradores.

Os órgãos diretivos da Fundação Altice não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos da Fundação e legislação aplicável.

17. Outros rendimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica respeita essencialmente ao valor dos equipamentos recebidos por doação.

18. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	euros 2021
Abates de ativos fixos tangíveis	-	875
Quotizações	7.900	7.900
Outros gastos (a)	20.000	28.287
	27.900	37.062

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado nesta rubrica respeita ao gasto incorrido com a atribuição do “prémio Altice Inovation Award”.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registado nesta rubrica respeita, (1) ao gasto incorrido com a atribuição do “prémio Altice Inovation Award”, no montante de 15.000 euros, e (2) ao reconhecimento de equipamentos recebidos por doação no montante de 13.287 euros.

19. Resultados financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica respeita a gastos com comissões e outros encargos bancários, nos montantes de 280 euros e 294 euros, respetivamente.

20. Imposto sobre o rendimento do exercício

A Fundação beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), nos termos do atual artigo 10.º do Código do IRC, abrangendo as categorias B, E, F e G, aplicável a partir de 4 de março de 2005 (Nota 1).

Não obstante, e quando aplicável, determinadas despesas são sujeitas a tributação autónoma, nos termos dos números 2, 7 e 9 do artigo 88º do Código do IRC. No ano de 2022, foi assim apurado o valor de 72 euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração Executivo entende que eventuais correções resultantes de inspeções/revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

21. Partes relacionadas

21.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Fundação foi instituída entre a PT Portugal, a MEO e a Altice Labs. A MEO e a Altice Labs são por sua vez detidas em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice, incluindo não apenas as subsidiárias da PT Portugal, mas também as subsidiárias do Grupo Altice que não são participadas pela PT Portugal, as empresas associadas e outras entidades consideradas como partes relacionadas pela Altice, foram consideradas como partes relacionadas da Fundação.

A Fundação tem créditos a receber e dívidas a pagar a partes relacionadas incluídas em rubricas do ativo e do passivo. A natureza e o detalhe dos principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são conforme segue:

						euros
						2022
	Outros créditos a receber (Nota 8)	Total de créditos a receber	Fornecedores (Nota 8)	Credores por acréscimos de gastos (Nota 11)	Outras dívidas a pagar (Nota 8)	Total de dívidas a pagar
MEO	2.366.010	2.366.010	147.654	-	120.335	267.989
PT Contact	-	-	2.192	1.884	-	4.076
ACS	-	-	227	-	-	227
	2.366.010	2.366.010	150.073	1.884	120.335	272.292

						euros
						2021
	Outros créditos a receber (Nota 8)	Total de créditos a receber	Fornecedores de investimento (Nota 8)	Fornecedores (Nota 8)	Credores por acréscimos de gastos (Nota 11)	Outras dívidas a pagar (Nota 8)
MEO	2.023.000	2.023.000	9.670	357.923	683	137.379
PT Contact	-	-	-	3.428	2.691	-
ACS	-	-	-	267	-	-
	2.023.000	2.023.000	9.670	361.618	3.374	137.379
						512.041

A natureza e o detalhe das principais transações com partes relacionadas em 2022 e 2021 são conforme segue:

						euros
						2022
	Subsídios à exploração (Nota 13)	Subsídios e donativos concedidos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal (Nota 16)		
MEO	3.898.000	(711.697)	(202.820)	-		
PT Contact	-	-	(15.065)	-		
PT Portugal	1.000	-	-	-		
Altice Labs	1.000	-	(15.055)	-		
ACS	-	-	-	(1.481)		
	3.900.000	(711.697)	(232.940)	(1.481)		

Enquanto fundadores, as empresas do Grupo Altice proporcionam à Fundação o subsídio anual nos termos dos estatutos (nota 13). As entidades do Grupo Altice

também se assumem como receptores de fundos provenientes da Fundação, no âmbito da subsidação de tarifas de serviços de telecomunicações realizada pela Fundação a beneficiários elegíveis e cujo MEO se assume como o operador destes serviços. Esta subsidação ascendeu em 2022 a 711.697 euros. Adicionalmente, algumas entidades do Grupo Altice são igualmente fornecedoras da Fundação, prestando serviços relativos essencialmente a cedências de espaços, comunicações móveis e serviços de informática, tendo estes fornecimentos de serviços ascendido, em 2022, ao montante global de 232.940 euros.

	euros			
	2021			
	Subsídios à exploração (Nota 13)	Subsídios e donativos concedidos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal (Nota 16)
MEO	3.898.000	(556.732)	(259.100)	-
PT Contact	-	-	(21.180)	-
PT Portugal	1.000	-	-	-
Altice Labs	1.000	-	(20.006)	-
ACS	-	-	-	(1.701)
	3.900.000	(556.732)	(300.287)	(1.701)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram refaturados pela MEO à Fundação Altice gastos com o pessoal no montante de 692.612 euros e 738.724 euros, respetivamente.

22. Outros assuntos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram registados gastos com auditoria e revisão legal de contas nos montantes de 13.287 euros e 12.300 euros, incluindo IVA, respetivamente.

Aos riscos e incertezas inerentes à atividade da Fundação, acrescem os que ainda decorrem da gestão da pandemia global relacionada com a doença Corona vírus 2019 (Covid-19) na China e do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022 e que levou à mudança do quadro macroeconómico e geopolítico europeu, aumentando a incerteza e a insegurança em termos globais, levando a um agravamento da subida de preços de vários fatores de produção, com destaque para a componente energética, provocando ainda uma rutura nos fornecimentos de matérias-primas ou de cadeias logísticas a nível internacional. A Fundação não tem operações nos países diretamente envolvidos no conflito nem tem negócios de valor material com empresas localizadas nesses mesmos países.

A realização da dotação anual aprovada para 2022 não ficou concluída nesse ano, tendo o montante remanescente de 2.366.000 euros (Nota 8) transitado para o exercício de 2023.

À data de aprovação das demonstrações financeiras, informamos que os restantes valores foram entregues pela MEO durante o exercício de 2023, não se verificando qualquer valor em dívida.

De acordo com a legislação em vigor e os estatutos da Fundação, propõe-se a transferência do resultado líquido positivo apurado em 2022, no montante de 407.577 euros, para resultados transitados.

23. Eventos subsequentes

23.1. Investigação do Ministério Público

Investigação e medidas corretivas

Em julho de 2023, a Altice Portugal tomou conhecimento de que o Ministério Público em Portugal estava a investigar alegadas práticas prejudiciais e má conduta por parte de determinados indivíduos e entidades com impacto na Altice Portugal e suas subsidiárias, nas quais se inclui a Fundação, tendo a Fundação sido alvo de buscas no âmbito dessa investigação. As supramencionadas alegadas práticas prejudiciais incluem, de acordo com a investigação do Ministério Público, suspeitas de “crimes de corrupção no setor privado, fraude fiscal agravada e falsificação e lavagem de dinheiro”. Esta investigação, conhecida como “Operação Picoas”, visa as atividades dos suspeitos relacionadas essencialmente com três áreas: (i) processo de compras do Grupo Altice, através da alegada “viciação do processo de decisão do grupo Altice em matéria de contratação, com práticas lesivas para as próprias empresas do grupo e para a concorrência”; (ii) alienação de imóveis, através da eventual simulação de negócio e ocultação de rendimentos na venda de ativos imobiliários da Altice Portugal e das suas subsidiárias; (iii) potenciais benefícios indevidos pagos por terceiros a colaboradores da Altice Portugal.

Importante assinalar ainda que, após a declaração do Ministério Público em 14 de julho de 2023, identificando a Altice Portugal como uma vítima neste caso, o status da Altice Portugal como vítima foi confirmado com a sua designação como assistente da acusação conduzida pelo Ministério Público em Portugal, conforme reportado publicamente em 26 de outubro de 2023. Assim, considerando a investigação em andamento pelas autoridades portuguesas, o Grupo Altice continuará a considerar todos os factos e circunstâncias disponíveis para determinar as próximas etapas de

investigação e tomar decisões internas e externas necessárias para proteger os seus direitos em cada geografia onde opera, e, nomeadamente, no que respeita à Altice Portugal e suas subsidiárias.

Após ter tomado conhecimento da investigação, o Grupo Altice, no qual se inclui a Fundação Altice, implementou uma investigação interna exaustiva, abaixo descrita, adotou medidas corretivas imediatas, incluindo a melhoria dos seus sistemas de controlo interno, o reforço da supervisão dos processos de aquisição e a suspensão de determinados funcionários e pessoal-chave da gestão que tinham potenciais ligações às práticas sob investigação, tendo-se comprometido a substituir os fornecedores potencialmente implicados na investigação das autoridades portuguesas, tendo até à data de aprovação destas demonstrações financeiras concluído substancialmente o plano inicialmente implementado. Em relação à melhoria dos sistemas de controlo interno, importa referir que, embora já existissem mecanismos de controlo, o Grupo Altice Portugal e a Fundação em particular iniciaram proactivamente ações para melhorar e fortalecer vários processos, políticas e procedimentos de controlo interno para prevenir, detetar e mitigar eficazmente o risco de qualquer potencial má conduta individual futura, tendo nomeado consultores externos para apoiar na implementação de tais ações. Os procedimentos de denúncia estão a ser melhorados e tornados ainda mais acessíveis para permitir que todos os funcionários e outras partes relevantes se sintam confortáveis ao utilizar os vários canais existentes para o efeito. Foi dado especial ênfase a todas as políticas e procedimentos relacionados com conflito de interesses, compras, due diligence de terceiros, transações imobiliárias e controlos contabilísticos, bem como políticas mais gerais como o Código de Ética. Importa ainda realçar que ao nível do Grupo Altice, especificamente no que ao processo de compras diz respeito, cada uma das empresas nas várias geografias onde o grupo está presente (logo, também em Portugal) é responsável pelos seus próprios processos de compra, independente das outras entidades do Grupo, com uma comissão de coordenação que inclui todos os chefes de departamentos de compras, a fim de permitir que as entidades operacionais continuem a beneficiar de economias de escala.

Em 2024, foi criada uma área de Compliance ao nível do Grupo Altice Portugal, responsável entre outros por novos procedimentos relativos a avaliação de terceiros, avaliação de ofertas e hospitalidades e avaliação de conflito de interesses. No âmbito

das atividades desenvolvidas pela área de Compliance até à presente data, foi identificado um conjunto de fornecedores, cujo risco no âmbito do cumprimento com a legislação, regras ou boas práticas em matéria de anticorrupção ou infrações conexas foi avaliado como alto, tendo a Comissão Executiva aprovado as respetivas medidas de mitigação de risco. Não existe evidência na presente data que estes fornecedores ou os seus beneficiários efetivos, constituam partes relacionadas, estejam em conflito de interesses ou que as transações efetuadas sejam de alguma forma ilícitas.

Impactos financeiros

Paralelamente à investigação externa por parte do Ministério Público, ao nível do Grupo Altice do qual a Fundação Altice faz parte, foi lançada uma investigação interna em Portugal e noutras jurisdições sob a direção de uma comissão de investigação global para realizar uma avaliação de risco minuciosa nas principais jurisdições. Foram nomeados consultores jurídicos externos para coordenar o processo de investigação, com o suporte de consultores externos locais em cada jurisdição, tendo sido auxiliados por peritos forenses na condução da investigação da causa e efeitos da alegada conduta. Os trabalhos de investigação inicialmente previstos foram substancialmente concluídos, tendo-se concluído que alguns fornecedores podem ter fornecido produtos ou serviços sem valor acrescentado tangível e/ou cobrados a mais pelos serviços prestados, com impacto portanto no custo de aquisição dos investimentos em ativos fixos tangíveis e nos montantes pagos pela aquisição de inventários e serviços, que confirmando-se o acima referido não deveriam ter sido ser capitalizados como parte do custo de aquisição do ativo imobilizado e dos inventários.

As compras efetuadas pela Fundação Altice aos fornecedores potencialmente implicados na investigação, durante os anos 2015 a 2022 representaram os valores aproximados constantes da tabela abaixo, repartidos entre aqueles reconhecidos como investimentos em ativos fixos tangíveis e os restantes reconhecidos diretamente como gasto. Em 31 de dezembro de 2022, na Fundação Altice, o valor líquido contabilístico dos investimentos em ativos fixos tangíveis adquiridos diretamente a entidades visadas pela investigação do Ministério Público no âmbito da Operação Picoas ascendia a um valor global de aproximadamente 86 milhares de euros. Não

foram identificados pela Administração indicadores de imparidade quanto a estes ativos.

	Montantes em milhares de euros e sem IVA							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Investimento em ativos fixos tangíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	89,8	0,0
Gastos operacionais	0,0	8,5	3,6	5,1	4,8	8,9	5,8	4,5
Total	0,0	8,5	3,6	5,1	8,2	8,9	95,6	4,5

No âmbito do processo de substituição dos fornecedores-alvo da investigação, a Fundação conseguiu obter poupanças em relação aos preços anteriores cobrados pelos fornecedores e/ou em relação aos preços estabelecidos nas encomendas em aberto que acabaram por ser satisfeitas por novos fornecedores. Contudo, por ora, a Fundação entende ainda não ser possível quantificar, de forma definitiva e fiável, os exatos montantes que eventualmente possam ter sido pagos a mais pela aquisição de ativos fixos tangíveis uma vez que: (i) à data de aprovação destas demonstrações financeiras, as investigações ainda estão em curso (e, em particular, o inquérito-crime está sujeito a segredo de justiça); (ii) os preços de mercado atuais e passados e, ainda, as concretas condições contratuais podem não ser inteiramente comparáveis, estando ainda a ser avaliados por referência a cada área de serviços ou negócios; (iii) a gestão da Fundação não dispõe, por ora, de provas definitivas de transações específicas da cadeia de fornecimento sem qualquer valor acrescentado que deva portanto ser removido do ativo imobilizado; e (iv) a utilização de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, à data de aprovação destas demonstrações financeiras e com base na informação disponível a esta data, a Fundação considera não ser possível, nesta fase em que se encontra o processo judicial, quantificar com fiabilidade a eventual sobrevalorização dos ativos fixos tangíveis e portanto, nos termos definidos nos parágrafos 6.7 a 6.9 da NCRF-ESNL, ser impraticável, para efeitos contabilísticos, a reexpressão retrospectiva das demonstrações financeiras que daí poderia resultar.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL

Av. Fontes Pereira de Melo, 40, 1069 -
300 Lisboa

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

NIF | 506 421 104

T | 215 003 500

E | fundacao@telecom.pt

Site | fundacao.telecom.pt

PROJETOS FUNDAÇÃO ALTICE

PROGRAMA INCLUI

Linha Apoio | 800 206 206 (dias úteis 09h
às 18h)

E | programa-inclui@telecom.pt

COMUNICAR EM SEGURANÇA

E | comunicaremseguranca@telecom.pt

KHAN ACADEMY PORTUGAL

E | khanacademy@telecom.pt

Site | pt-pt.khanacademy.org

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
Fundação Altice Portugal (a “Entidade”)

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Fundação Altice Portugal, apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2022.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2022, efetuando as análises julgadas convenientes.

No quadro da averiguação da observância da Lei e dos Estatutos da Entidade, tomámos conhecimento das conclusões da investigação interna promovida pela Entidade, e respetivo Grupo, com o apoio de consultores jurídicos externos e peritos forenses em Portugal e noutras jurisdições sob a direção de uma comissão de investigação global, efetuada na sequência da investigação pelo Ministério Público - conhecida em Julho de 2023 - relativa a suspeitas de crimes de corrupção no setor privado, fraude fiscal agravada e branqueamento de capitais (Operação Picoas). Na sequência desse processo, conforme e para além do mencionado na Ênfase constante da nossa Certificação Legal das Contas infra referida, poderão existir implicações que a esta data não são conhecidas nem totalmente antecipáveis.

Procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas, com ênfase e sem outras matérias**, decorrente do exame realizado.



No âmbito das nossas funções e tendo por base a documentação e os esclarecimentos obtidos concluímos que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro e fluxos de caixa da Entidade;
- b) As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas;
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Entidade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Entidade aprobe:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

31 de outubro de 2024

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
António Marcos Tavares Pereira
(ROC n.º 1953 e registado na CMVM com o n.º 20210012)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Altice Portugal** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.583.518 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.062.245 euros, incluindo um resultado líquido de 407.577 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fundação Altice Portugal** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 23.1 Eventos Subsequentes – Investigação do Ministério Público, das demonstrações financeiras, a qual descreve que, em julho de 2023, a Altice Portugal tomou conhecimento de uma investigação do Ministério Público – a Operação Picoas - relativa a suspeitas de crimes de corrupção no setor privado, fraude fiscal agravada e falsificação e lavagem de dinheiros relacionadas essencialmente com: (i) o processo de compras do Grupo Altice, através da alegada “vicição do processo de decisão do grupo Altice em matéria de contratação, com práticas lesivas para as próprias empresas do grupo e para a concorrência”; (ii) alienação de imóveis, através da eventual simulação de negócio e ocultação de rendimentos na venda de ativos imobiliários da Altice Portugal e das suas subsidiárias; (iii) potenciais benefícios indevidos pagos por terceiros a colaboradores da Altice Portugal.

Face a esta situação, o Grupo Altice Portugal, no qual se inclui a Fundação Altice, adotou medidas corretivas imediatas, incluindo a melhoria dos seus sistemas controlo interno, o reforço da supervisão dos processos de aquisição e a suspensão de determinados funcionários e pessoal chave de gestão com potenciais ligações às práticas sob investigação, tendo-se comprometido a substituir os fornecedores potencialmente implicados na investigação das autoridades portuguesas. Em 2024 foi ainda criada uma área de Compliance ao nível do Grupo Altice Portugal, que no âmbito da atividade desenvolvida até à presente data, identificou um conjunto de fornecedores, cujo risco no âmbito do cumprimento com a legislação, regras ou boas práticas em matéria de anticorrupção ou infrações conexas, foi avaliado como alto e determinou as respetivas medidas de mitigação de risco. Conforme referido na nota 23.1 Eventos Subsequentes – Investigação do Ministério Público, é entendimento da Administração que não existe evidência na presente data que estes fornecedores ou seus beneficiários efetivos, constituam partes relacionadas, estejam em conflito de interesse relativamente ao Grupo Altice, ou que as transações com os mesmos sejam de alguma forma ilícitas.

As compras efetuadas pela Fundação Altice aos fornecedores potencialmente implicados na investigação, durante os anos 2015 a 2022 ascenderam a 134 milhares de euros dos quais 93 milhares de euros capitalizados em ativos fixos tangíveis e 41 milhares de euros registados em gastos operacionais. A 31 de Dezembro de 2022 o valor líquido contabilístico dos ativos fixos tangíveis adquiridos diretamente a entidades visadas pela investigação do Ministério Público no âmbito da Operação Picoas ascendia a cerca de 86 milhares de euros.

Na sequência desta investigação, o acionista lançou uma investigação interna, com o apoio de consultores jurídicos externos e peritos forenses em Portugal e noutras jurisdições sob a direção de uma comissão de investigação global para realizar uma avaliação de risco minuciosa nas principais jurisdições. De acordo com a investigação, alguns fornecedores podem ter fornecido produtos ou serviços sem valor acrescentado tangível e/ou cobrado a mais pelos serviços prestados, com impacto no custo de aquisição dos investimentos em ativos fixos tangíveis e nos montantes pagos pela aquisição de inventários e serviços, que confirmando-se o acima referido não deveriam ter sido ser capitalizados como parte do custo de aquisição do ativo imobilizado e dos inventários.

A Entidade entende não ser possível quantificar com fiabilidade os montantes que eventualmente possam ter sido pagos a mais pela aquisição de ativos fixos tangíveis e inventários uma vez que: (i) à data de aprovação destas demonstrações financeiras, as investigações ainda estão em curso (e, em particular, o inquérito-crime está sujeito a segredo de justiça); (ii) os preços de mercado atuais e passados e, ainda, as concretas condições contratuais podem não ser inteiramente comparáveis, estando ainda a ser avaliados por referência a cada área de serviços ou negócios; (iii) a gestão da Entidade não dispõe, por ora, de provas definitivas de transações específicas da cadeia de fornecimento sem qualquer valor acrescentado que deva portanto ser removido do ativo imobilizado; e (iv) a utilização de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação das demonstrações financeiras.

Consequentemente, à data de aprovação das demonstrações financeiras e com base na informação disponível a esta data, a Entidade considera não ser possível, na fase em que se encontra o processo judicial quantificar com fiabilidade a eventual sobrevalorização dos ativos fixos tangíveis e portanto, nos termos definidos nos parágrafos 6.7 a 6.9 da NCRF-ESNL, ser impraticável, para efeitos contabilísticos, a reexpressão retrospectiva das demonstrações financeiras que daí poderia resultar.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais e estatutários aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de outubro de 2024



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
António Marcos Tavares Pereira
(ROC n.º 1953 e registado na CMVM com o n.º 20210012)